



A permanência da concentração no campo e o devir dos camponeses no Brasil *

The persistence of concentration in the countryside and the future of peasants in Brazil

Eduardo Paulon Girardi ** 

Resumo

Neste artigo, partimos do princípio de que a questão agrária ainda é um importante problema a ser enfrentado no Brasil, e que uma reforma agrária multidimensional, que faça mais do que apenas distribuir terras, é necessária para minimizar os problemas do campo brasileiro. A questão agrária constitui um conjunto de problemas no campo e cujos principais resultados são a diferenciação, o empobrecimento e a desintegração do campesinato. Por isso, o objetivo do artigo é analisar a permanência da concentração de terras e de recursos no campo e o futuro dos estabelecimentos agropecuários de pequeno porte econômico e/ou camponeses no Brasil. Para isso, dialogamos com autores que, em suas análises, consideram que o desaparecimento dos estabelecimentos de pequeno porte econômico e/ou camponeses é uma questão de tempo. Os procedimentos metodológicos empregados foram o debate teórico, a sistematização e análise detalhada de dados e o mapeamento dos principais dados para que fosse possível visualizar a dimensão regional dos temas analisados. A principal conclusão é que, se concretizadas as previsões dos autores sobre o desaparecimento dos estabelecimentos de pequeno porte econômico, presenciaremos um cenário catastrófico no campo brasileiro. Assim, em decorrência dessa constatação, a reforma agrária multidimensional mostra-se urgente para o campo no Brasil.

Palavras-chave: questão agrária; paradigma; desintegração do campesinato; modernização conservadora; concentração da terra.

Abstract

In this article, we assume that the agrarian question remains a significant problem to be addressed in Brazil and that a multidimensional agrarian reform, which does more than simply distribute land, is necessary to minimize the problems in the Brazilian countryside. The agrarian question constitutes a set of problems in the countryside whose main results are the differentiation, impoverishment, and disintegration of the peasantry. Therefore, the objective of this article is to analyze the persistence of land and resource concentration

* Este artigo é resultado de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Presidente Prudente. Departamento de Geografia. Presidente Prudente, SP, Brasil. E-mail: eduardo.girardi@unesp.br

in the countryside and the future of economic small-scale agricultural establishments and/or peasants in Brazil. To this end, we dialogue with authors who, in their analyses, consider that the disappearance of economic small-scale establishments and/or peasants is only a matter of time. The methodological procedures employed included theoretical debate, detailed systematization and data analysis, and mapping of key data to visualize the regional dimension of the analyzed themes. The main conclusion is that, if the authors' predictions about the disappearance of economic small-scale agricultural and/or peasants come true, we will witness a catastrophic scenario in the Brazilian countryside. Therefore, as a result of this finding, multidimensional agrarian reform is urgent for rural areas in Brazil.

Keywords: agrarian question; paradigm; disintegration of the peasantry; conservative modernization; land concentration.

Introdução

Neste artigo, partimos do princípio de que *a questão agrária constitui um conjunto de problemas no campo que causam a diferenciação, o empobrecimento e a desintegração do campesinato*. Esses problemas são centrais nas referências teóricas mais clássicas sobre a questão agrária, quais sejam, o livro de Kautsky (1986 [1899]), “*A questão agrária*”, e o livro de Lênin (1985 [1899]), “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”. Ambos analisam os processos de *diferenciação, empobrecimento e desintegração do campesinato* causados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Partindo dessas duas referências, inúmeros autores, por todo o mundo, estudam a questão agrária pela ótica dos problemas que atingem os camponeses, em especial aqueles causados pelo capital.

O que faz as duas obras citadas serem referenciais e portarem elementos para interpretação da realidade atual é o fato de podermos observar, *ainda hoje, e por todo o globo, a diferenciação, o empobrecimento e a desintegração do campesinato*, e que esses processos ocorrem, majoritariamente, por causa do avanço do capitalismo no campo. Os espaços e os tempos são diferentes daqueles nos quais as duas obras citadas foram escritas, mas os processos são estruturais e permanecem como problema fundamental no campo por todo o mundo. Assim, *onde os três processos em questão existirem, existe questão agrária*.

Os principais elementos clássicos do estudo da questão agrária ainda indispensáveis na compreensão do campo são *os processos de diferenciação, empobrecimento e desintegração do campesinato, a terra, o trabalho e o capital*. Contudo, além desses, *a questão agrária hoje comporta novos elementos*; ela foi atualizada em razão das mudanças ocorridas na realidade e da forma como a ciência a interpreta. Não é possível pensar, no

mundo atual, apenas nos elementos clássicos; é preciso incluir, na nova questão agrária, todos os *recursos produtivos, reprodutivos e territoriais* necessários aos camponeses e aos outros sujeitos que passaram também a ser expropriados e cujas atividades estão ligadas diretamente à natureza. Grande parte desses “novos sujeitos”, a exemplo dos indígenas, quilombolas e os diversos povos e comunidades tradicionais, na verdade, foram *visibilizados recentemente*, já que, até mesmo antes dos camponeses, eram despojados de suas bases materiais e imateriais de produção e reprodução. Além de novos sujeitos, outros problemas estruturais do mundo atual se relacionam muito proximamente com a questão agrária: a questão ambiental, as mudanças climáticas, a questão racial, a questão dos povos indígenas e dos povos tradicionais, a questão energética, a questão da mineração, a questão das águas e a própria questão urbana.

Delimitada a concepção de questão agrária da qual partimos, o objetivo do artigo é analisar a permanência da concentração de terras e de recursos no campo e o futuro dos estabelecimentos agropecuários de pequeno porte econômico e/ou camponeses no Brasil, sendo que, especificamente para o segundo elemento, estabelecimentos dialogamos com trabalhos que consideram ser uma questão de tempo para que se concretize o fim dos estabelecimentos agropecuários de menor porte econômico. Optamos por investigar essas duas dimensões porque as consideramos centrais para a questão agrária, já que delas emanam grande parte dos diversos outros problemas do campo. Além disso, são problemas da questão agrária clássica e da atual.

Os procedimentos metodológicos do trabalho constituem no debate paradigmático sobre as interpretações no campo; debate com obras que preveem o desaparecimento dos estabelecimentos de menor porte econômico no Brasil; o levantamento, sistematização e análise dos dados de Índice de Gini da terra e de valor da produção dos estabelecimentos agropecuários advindos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Produto Interno Bruto da Agropecuária, oriundos do IBGE e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), e dados do Plano Safra, do Ministério da Agricultura e Pecuária. Foram elaborados mapas do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários em 2017 segundo a classificação utilizadas no trabalho, dos dados de desflorestamento disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do crédito rural, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Paradigmas de interpretação do campo

Nossa concepção de ciência é dialógica, aberta e, portanto, estamos cientes de que nossos argumentos são tão válidos como dos autores com os quais dialogamos neste artigo. Trata-se, portanto, de um exercício de discussão construtivo. O que buscamos é desconstruir e construir, não destruir: é fazer ciência com base no princípio da *discutibilidade* (Demo, 2007, p.26), segundo o qual “somente pode ser científico, o que for discutível”. Caso contrário, estaríamos falando de outras formas de conhecimento, que não o científico. É tomar a ideologia como parte inerente da ciência, e não como falsa consciência.

Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é *intrínseco*, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderiam – mesmo que o quisessem – ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la (Demo, 2007, p. 19).

Este artigo tem como referência a ideia da possibilidade de coexistência de diferentes paradigmas de interpretação do campo, e de que hoje, no Brasil, há dois principais: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). A proposta inicial da existência de paradigmas nas ciências, apresentada por Kuhn em 1962 no livro “*A estrutura das revoluções científicas*” (Kuhn, 1998), prevê que um paradigma vai, aos poucos, substituindo o outro na produção da ciência. Contudo, no caso dos estudos do campo, com base em Fernandes (2005), Girardi (2008), Felício (2011), Campos (2012) e Vinha e Fernandes (2022), esses dois paradigmas – PCA e PQA - coexistem, e não houve a superação de nenhum deles. Portanto, a única diferença da proposta de Kuhn que assumimos neste artigo, para o estudo do campo, é a coexistência de paradigmas.

A ideia inicial de utilizar a abordagem paradigmática no estudo do campo brasileiro foi de Abramovay (2007), no seu trabalho “*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*”, inicialmente publicado em 1992. O autor afirma que o paradigma que analisa o desenvolvimento da agricultura e possui como referência os trabalhos de Kautsky (1986 [1899]) e Lênin (1985 [1899]) tem perdido o poder explicativo e, portanto, estaria sendo substituído por outro paradigma. Com base na proposição de Abramovay (2007), Fernandes (2005) propõe a coexistência – e não a substituição – de dois paradigmas de interpretação do campo, o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

O PQA tem base marxista, considerando referenciais os trabalhos de Marx e de seus seguidores que analisaram a questão agrária, em especial Kautsky (1986 [1899]) e Lênin (1985 [1899]), que analisam as consequências, para o campesinato, do desenvolvimento do capitalismo no campo, e os trabalhos de Chayanov (1981 [1924]; 1974 [1925]), que tratam da estrutura interna do campesinato. Os trabalhos orientados pelo PQA têm como eixo central de análise a renda da terra, os processos de diferenciação, desintegração e recriação do campesinato, o conflito, as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo e a luta pela terra, os quais são considerados problemas estruturais da questão agrária no capitalismo. O PQA busca analisar os conflitos e as desigualdades geradas pelo capitalismo no campo, enfatizando a luta dos camponeses para se recriarem e resistirem na terra. Para o PQA é impossível compreender e propor soluções para os problemas da questão agrária se não forem considerados esses temas.

Ao contrário do PQA, o PCA rompe com a leitura marxista, desconsiderando os clássicos da questão agrária e limitando o problema agrário a uma situação conjuntural do desenvolvimento do capitalismo, sendo este problema solucionável quando o capitalismo atingisse um grau ótimo, tal como nos países desenvolvidos. Esta proposição do PCA foi elaborada por Abramovay (2007) e tem como referência principal dois trabalhos clássicos sobre a agricultura de base familiar: *“Peasant Economics: farm households and agrarian development”*, de Frank Ellis (1993 [1988]), e *“La fin des paysans”*, de Henry Mendras (1984 [1967]). Outra importante referência para o PCA é a obra *“Agricultura Familiar: comparação internacional (v. I e II)”*, um estudo dirigido por Huges Lamarche (1993a; 1993b). O PCA não enfatiza os problemas estruturais e os conflitos no campo, desconsiderando o enfrentamento e as diversas formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses para se reproduzirem socialmente e permanecerem na terra. O PCA concorda com o desenvolvimento do capitalismo e procura meios para os agricultores de base familiar se adaptarem às regras do sistema e permanecerem em sua dependência. O PCA ignora a crise agrária, urbana e ambiental que presenciamos e *propõe apenas adaptações para que a agricultura de base familiar se integre ao sistema dominado pelo capital* (Girardi, 2008)¹.

¹ Não é objetivo deste artigo o aprofundamento nas explicações dos fundamentos do debate paradigmático, mas sim utilizá-lo para o debate interpretativo do campo brasileiro. Assim, para saber mais sobre os dois paradigmas, sugerimos a leitura das seguintes obras: Fernandes (2005), Girardi (2008), Felício (2011), Campos (2012) e Vinha e Fernandes (2022).

Os estudos guiados pelo PQA e PCA apresentam divergências teóricas, sendo que a mais importante é aquela que diz respeito ao conceito de campesinato. Os trabalhos orientados pelo PCA estabelecem uma diferença conceitual entre camponês e agricultor familiar. Para o PCA o camponês é compreendido como uma forma da agricultura de base familiar arcaica, marcada indelevelmente pelo atraso, conservadorismo e pobreza, incapaz de fazer parte de políticas de desenvolvimento atuais. Abramovay (2007), principal referência do PCA no Brasil, tem como base as proposições de Ellis (1993 [1988]), que afirma que os camponeses formam sociedades parciais caracterizadas pela inserção parcial a mercados incompletos, para o que corrobora a racionalidade econômica incompleta do campesinato e a personificação dos seus vínculos sociais.

Para Abramovay (2007), os camponeses devem passar por um processo de *metamorfose: de camponeses para agricultores familiares*. Para o autor, ao contrário do camponês, o agricultor familiar profissional é caracterizado como competitivo, com racionalidade econômica completa e inserido em mercados perfeitos, sendo somente este agricultor familiar a forma viável na atualidade e ao qual todas as políticas do Estado devem estar voltadas. No mesmo sentido argumenta Lamarche (1993a, p. 19)), ao afirmar a existência de dois polos “em um eixo escalonado segundo o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o ‘Modelo Original’ e, do outro, o ‘Modelo Ideal’, sendo, respectivamente, o modelo camponês e o modelo da agricultura familiar.

Diferente do PCA, para o PQA o conceito de camponês pode ser aplicado a todas as formas de agricultores que utilizam predominantemente a mão de obra familiar para explorar seus estabelecimentos agropecuários. Desse modo, para o PQA, o campesinato compreende uma grande diversidade de formas de agricultura de base familiar, seja tecnificada ou não; moderna ou tradicional; rico ou pobre e; com diferentes graus de interação com o mercado. Assim, para o PQA, não há distinção conceitual entre campesinato e agricultor familiar, eles são sinônimos, são *o mesmo sujeito social* (Fernandes, 2005). Os estudiosos do PQA utilizam mais frequentemente a designação camponês, pois o termo faz alusão mais direta à luta histórica e à diversidade de formas dessa agricultura no tempo e no espaço, além de reafirmar a base na teoria marxista.

Como afirma Fernandes (2005, p. 19), “separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los um único sujeito em um processo de mudança é uma questão de método”. Como partimos da perspectiva do PQA, utilizamos neste trabalho o conceito de

camponês, o que nos permite o uso da designação agricultor familiar como seu sinônimo, indicando igualmente a forma de organização da agricultura de base familiar, mas não como conceito, tal como definido pelo PCA.

Nossas análises neste artigo são orientadas pelo Paradigma da Questão Agrária e, em um exercício dialógico, para a análise dos dois temas selecionados (permanência da concentração de terras e de recursos no campo e o futuro dos estabelecimentos agropecuários de pequeno porte econômico e/ou camponeses no Brasil), elencamos alguns elementos de dois trabalhos que consideramos serem orientados pelo Paradigma do Capitalismo Agrário: a) “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*” (Buainain *et al.*, 2014) e b) *Ganhar tempo é possível?* (Alves; Rocha, 2010).

A permanência da concentração

Uma das principais defesas de autores vinculados ao PCA é a *negação da existência da questão agrária e da necessidade da reforma agrária no Brasil*. Como argumentos, para citar apenas os mais recorrentes, eles elencam principalmente a transição demográfica rural-urbano, a produtividade do agronegócio, o papel da agropecuária na economia do país, a inviabilidade dos estabelecimentos agropecuários menores ou mais pobres e a *modernização da agricultura*, este último, o pilar central desses trabalhos. Geralmente, os trabalhos do PCA são baseados nas dimensões tecnológicos e econômicas. A história está acabada e não tem papel algum na interpretação da configuração do campo brasileiro atual: as coisas apenas são e não faz sentido trazer os motivos à superfície; é necessário deixá-los repousar no fundo obscuro do mar. Muito mais longe está qualquer sentido crítico de reparação social e histórica. O que não é produção, é externalidade e, portanto, não cabe na análise ou nos planos do PCA.

Um trabalho muito emblemático do PCA é o artigo “*Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*” (Buainain *et al.*, 2014). Os autores são explícitos na centralidade das dimensões tecnológicas e econômicas na leitura do campo, colocando em segundo plano as de ordem sociocultural. A questão aqui não é o foco que dão no artigo, mas primazia inquestionável, para os autores, das dimensões tecnológicas e econômicas, para entender o campo. Para eles, o social não é, definitivamente, o mais importante, e eles afirmam que o trabalho tem foco em “proposições especialmente centradas em *dimensões*

tecnológicas e econômicas, pois estas passaram a ser *as mais decisivas*. Outras possíveis teses, de cunho *sociocultural*, seriam igualmente relevantes, mas provavelmente *secundárias em relação às primeiras*” (Buainain *et al.*, 2014, p. 1167, grifo nosso).

A partir da perspectiva centrada na tecnologia e na economia, a *modernização da agricultura* é a orientação principal do trabalho de Buainain *et al.* (2014) - nada pode frear ou ir contra ela -, e a questão subjacente ao trabalho pode ser colocada da seguinte forma: como os problemas do campo devem ser resolvidos mediante o inexorável e contínuo processo de modernização da agricultura? Os autores reconhecem os problemas ocasionados pelo padrão da agricultura moderna, em especial os que afetam os estabelecimentos menores e mais pobres, contudo, não admitem a questão agrária e a necessidade da reforma agrária – elas são totalmente negadas. O foco está apenas nos casos e regiões de sucesso da agricultura capitalista moderna, como se o campo fosse constituído apenas desses casos, sendo os problemas no campo tratados como externalidades. Mesmo reconhecendo os aspectos negativos da modernização da agricultura, os autores não priorizam as consequências negativas desse processo.

Reproduzimos a seguir três trechos do trabalho de Buainain *et al.* (2014) nos quais os autores identificam os problemas da modernização da agricultura e apontam a necessidade de políticas públicas para solucioná-los, contudo, sem vinculá-los à questão agrária ou como consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, pelo contrário, na terceira citação, a proposta é que a política pública para salvar os pequenos estabelecimentos familiares seja exatamente a de fazê-los participar da agricultura moderna: *a metamorfose de Abramovay (2007)*.

[...] as raízes mais promissoras da moderna agricultura brasileira nasceram na década de 1960, com a instituição do sistema de crédito rural e a implantação de um modelo de modernização da agricultura largamente inspirado no caso norte-americano e fundado em um tripé indissolúvel: crédito rural subsidiado, extensão rural e pesquisa agrícola por instituições públicas. *Ainda que tenha sido um processo discriminatório quanto às regiões, aos tipos de cultivos favorecidos e aos beneficiários*, aquele esforço inicial assentou as condições para a conformação da agricultura moderna tal como a conhecemos hoje; além disso, os debates em torno do processo de modernização cimentaram as bases da compreensão hoje dominante – com os seus acertos e equívocos – sobre a agricultura do País (Buainain *et al.*, 2014, p. 1164, grifo nosso).

[...]

[...] ainda que as regiões rurais prosperem, em seus indicadores mais gerais, criando riqueza e oportunidades mais amplamente, não são freadas as variadas formas de marginalização social dos pequenos produtores. São processos que encontram pouca compreensão da política pública, e nenhum “escudo protetor” tem sido erigido a favor das famílias rurais moradoras dos pequenos estabelecimentos (Buainain *et al.*, 2014, p. 1178).

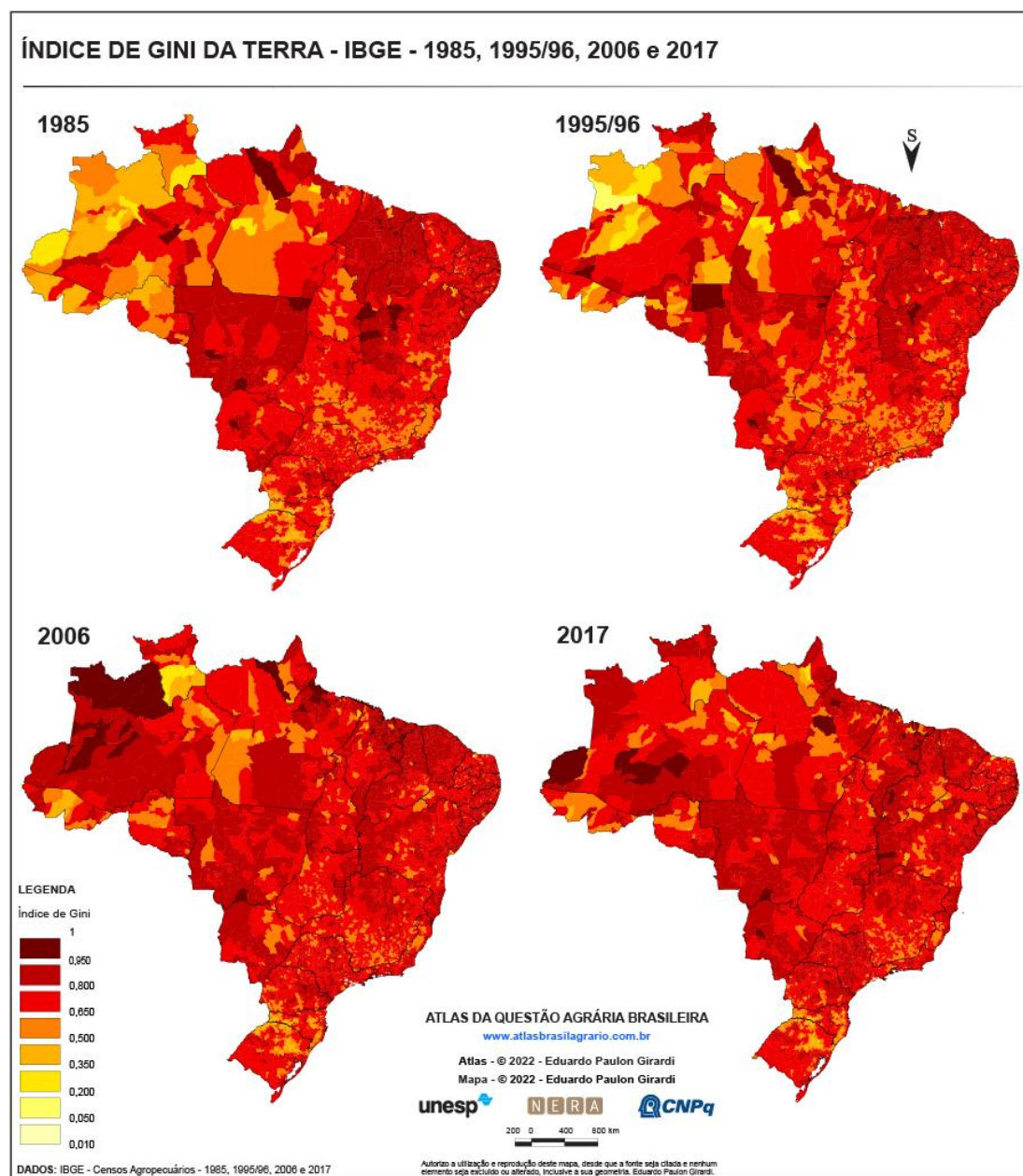
[...]

Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas sendo esta operada quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? Ou o melhor objetivo nacional seria obter o mesmo resultado econômico-produtivo, porém, também integrando parcela significativa dos produtores médios e de menor porte econômico ao mesmo processo de transformação? Se a segunda resposta for a selecionada pela sociedade, então a ação governamental precisa ser modificada, provavelmente de forma radical – e com urgência (Buainain *et al.*, 2014, p. 1180).

Fica claro nas citações acima a negação da *modernização conservadora*. A perspectiva da modernização conservadora (Martins, 1975; Silva, 1982; Pires; Ramos, 2009; Delgado, 2012) é, ao nosso ver, uma forma mais completa de olhar para o problema agrário no Brasil. Para além de um objetivo puramente tecnológico ou econômico, a modernização conservadora é politicamente originária do regime ditatorial militar no Brasil - ele mesmo tendo sido instituído para não permitir a realização da reforma agrária, dentre outras “ameaças vermelhas”. O objetivo foi cumprido e, mais uma vez, não se realizou reforma agrária no país, mantendo-se a estrutura agrária tão concentrada como antes.

Durante a modernização conservadora – 1965-1985 – (Delgado, 2012), ao invés de se realizar a reforma agrária nas regiões de ocupação mais antiga, foi aberta a fronteira agropecuária no Cerrado e na Amazônia, criando novas propriedades rurais e mantendo-se o resto como estava, quando não, concentrando a terra nessas regiões mais antigas. As novas terras foram privatizadas de forma tão concentrada como as demais e a estrutura agrária em nada foi alterada. Os mapas do Índice de Gini da Prancha 1 comprovam este processo, sendo inegável a crescente concentração da terra, por todo o Brasil, no período mapeado. Segundo o IBGE, em 1960 a área total dos estabelecimentos agropecuários era de 249,9 milhões de hectares, com área média de 74,9 hectares, e os estabelecimentos com mil hectares e mais detinham 44,1% da área total. Em 2017, os estabelecimentos agropecuários tinham incorporado mais de 100 milhões de hectares em relação a 1960, com área total de 351,3 milhões de hectares, perfazendo uma área média de 69,2 hectares, e com os estabelecimentos com mil hectares e mais dominando 47,6% das terras. Em 1985 o Índice de Gini dos estabelecimentos agropecuários medido pelo IBGE era de 0,858 e em 2017 o mesmo indicador era de 0,866. A conclusão é clara: *nada mudou para que tudo ficasse pior do que era*.

Prancha 1 – Brasil - Índice de Gini da Terra



Fonte: Girardi, 2025.

Os dados e mapas apresentados na Prancha 1 também são úteis para contestar a visão de Buainain *et al.*, (2014) sobre o papel da terra. Para eles, a terra perdeu centralidade na formação e apropriação de riqueza no campo:

Em tempos pretéritos, a principal fonte de formação e apropriação de riqueza no campo era a terra (especialmente antes da década de 1980), o que inevitavelmente atribuía forte centralidade à sua posse e propriedade. Por essa razão, o espaço rural e a agricultura foram determinados pelos mecanismos de ocupação das fronteiras em processos de acumulação principalmente patrimoniais, baseados na terra e no uso da mão de obra de baixíssima remuneração, sem que a produtividade jamais tivesse sido o motor principal

do processo. Já o novo padrão introduz o capital “em todas as suas modalidades” no centro do desenvolvimento agrícola e agrário. Rebaixa o papel da terra, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra, além de investimentos em recursos ambientais e no treinamento do capital humano. Cada vez mais é preciso capital de giro para introduzir no sistema produtivo os insumos que viabilizam as inovações para manter-se rentável em ambientes de crescente tensionamento concorrencial (Buainain *et al.*, 2014, p. 1167).

[...]

A dominação triunfal do capital, rebaixando o peso do fator terra, e o papel central das inovações como os mecanismos principais de crescimento da produção agropecuária são evidenciados pela evolução da produtividade total de fatores [...]. (Buainain *et al.*, 2014, p. 1168).

Nossa interpretação é divergente e defendemos que *a terra ainda é o elemento central no campo*, inclusive para a formação e apropriação da riqueza. Não fosse assim, então como explicar a permanência da sua concentração e a luta incessante para que ela permaneça concentrada, com reações profundamente inflamadas das elites rurais frente a qualquer ação dos movimentos socioterritoriais rurais? Por que, na mudança do código florestal, fortemente influenciada pelas entidades do agronegócio (Pompeia, 2021), tanta preocupação com a quantidade de terra dos estabelecimentos a ser deixada como área de preservação? Se a terra fosse secundária ou irrelevante, seja para a produção ou para a formação e apropriação da riqueza, esses debates não teriam ocorrido. Até as terras das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas são alvo de críticas, bem como são invadidas constantemente por grileiros. O motivo: *a gana por transformá-las em fazendas*.

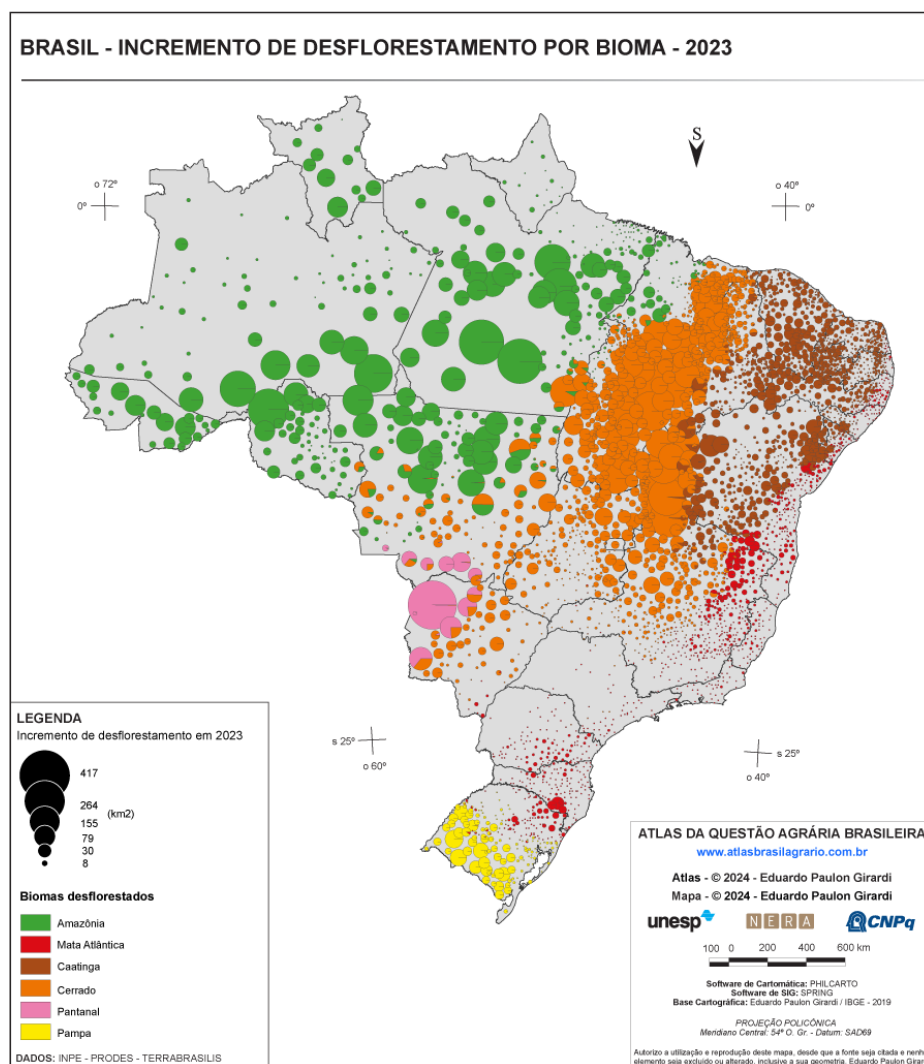
Adicionalmente, outro processo que deixa evidente a centralidade da terra ainda na atualidade é financeirização da agricultura e da terra, de forma que a terra tem se convertido em ativo financeiro, atraindo interesses de fundos de pensão e de investimentos e de empresas estrangeiras, principalmente no Cerrado e na Amazônia.

[...] o setor agropecuário ganha centralidade na agenda de investimentos dos Estados, das grandes corporações transnacionais e do setor financeiro em geral ao longo das duas últimas décadas. Em suma, temos observado um aumento exponencial dos negócios agropecuários e extrativos em geral (rural, mineral e energético), dos quais chama particular atenção o movimento de intensificação do processo de financeirização da agricultura, da terra, das commodities e de outros recursos naturais, a exemplo, da água, e das florestas e matas nativas (Santos *et al.*, 2022, p. 12).

Mesmo que o investimento em capital nos estabelecimentos mais modernos tenha sido intensificado - de forma bastante heterogênea no país, é necessário ressaltar -, a agricultura moderna opera com base na produção em escala, dependendo de cada vez mais

de áreas maiores para cultivar. Não há como produzir terra e, por isso, o movimento de apropriação de novas terras e de transformação das terras florestadas em áreas de pecuária ou lavoura - a fábrica de fazendas - nas fronteiras da Amazônia e do Cerrado via desflorestamento é muito intenso ainda na atualidade (Mapa 1). Assim, seja no estabelecimento produtivo ou no especulativo, a terra é o elemento central. O Mapa 1 dá pistas importantes sobre o intenso processo de criação de novas terras para a agropecuária. No mapa, é possível verificar um processo generalizado de desflorestamento por todo o país, inclusive em áreas de ocupação mais antiga. Mesmo os resquícios da Mata Atlântica estão sendo destruídos. A busca por mais terras para produção agropecuária, investimentos financeiros e especulação é o principal motivo de todo este desflorestamento.

Mapa 1 – Brasil - Incremento de desflorestamento por Bioma, 2023



Fonte: Girardi, 2025.

Buainain *et al.* (2014, p. 1163) exaltam a grande produção e produtividade da agricultura brasileira e afirmam que ela é formada por “cadeias produtivas que, no conjunto, produzem um quarto do PIB nacional e aproximadamente um quinto do emprego total [...]. Os autores argumentam que o financiamento da agricultura teve forte diminuição, tornando-se uma atividade mais independente do Estado, e que o financiamento privado se tornou o grande viabilizador da expansão da agropecuária brasileira. Para isso, tomam como base dados sobre a porcentagem dos fundos do tesouro nacional diretamente destinados ao financiamento rural e sobre a porcentagem do orçamento da União destinado às funções rurais (Buainain *et al.*, 2014, p. 1176-1177).

Frente às interpretações acima, é necessário contrapor alguns dados sobre o financiamento oferecido à agropecuária por meio do Plano Safra. As Tabelas 1 e 2 trazem informações sobre o Plano Safra, o PIB total do Brasil, o PIB da agropecuária segundo o IBGE e o PIB da agropecuária segundo o CEPEA². *O valor do Plano Safra equivale à metade de toda a riqueza que a agropecuária produz*, como pode ser visto na Tabela 1. Assim, metade da produção agropecuária do país é desenvolvida com crédito subsidiado oferecido pelo governo. O PIB da agropecuária, segundo o IBGE, contribui com apenas 6,21% do PIB brasileiro. A Tabela 2 mostra que, de 2001 para 2011, houve um salto na proporção do PIB empregada no financiamento da produção agropecuária, e que a proporção do PIB destinada para este fim se mantém atualmente. Assim, se analisarmos os dados da relação entre PIB e o financiamento público via Plano Safra, somos levados a uma conclusão diferente daquela Buainain *et al.* (2014), já que os dados demonstram que o agronegócio (destino da grande maioria dos recursos do Plano Safra) é uma atividade altamente dependente e subsidiada pelo Estado.

Outro aspecto importante a ser analisado é a concentração de recursos para o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. O Plano Safra (agricultura empresarial) 2024-2025 totaliza 508,59 bilhões de reais em recursos, enquanto o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024-2025 totaliza 85,7 bilhões, ou seja, apenas 14,4% do total dos dois planos. Trata-se, portanto, de uma desproporcionalidade, já que, segundo o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar detém 23% da área dos estabelecimentos

² No caso do CEPEA, selecionamos apenas o PIB da Agropecuária pelo fato do Plano Safra ser específico para a produção agropecuária, e não para as demais atividades que o CEPEA inclui para totalizar o PIB do agronegócio.

agropecuários. Além disso, há que se considerar que a proporção de recursos para os estabelecimentos familiares deveria ser superior àquela do agronegócio, já que competem em situação de desigualdade e são social e economicamente mais vulneráveis.

Tabela 1 - Brasil - Valores do Plano Safra e do PIB Total e da Agropecuária (Reais*)

Valor total do Plano Safra			
2000-2001	2010-2011	2020-2021	2022-2023
72.489.889.850,00	322.662.839.200,00	351.895.337.070,00	340.900.000.000,00
Valor do PIB Total (IBGE)			
2001	2011	2021	2023
6.803.633.753.259,20	10.369.988.571.817,20	9.267.655.151.198,20	10.900.000.000.000,00
Valor do PIB da Agropecuária (IBGE)			
2001	2011	2021	2023
326.640.152.550,80	450.268.442.830,40	607.843.501.028,50	677.600.000.000,00
Valor do PIB da Agropecuária (CEPEA)			
2001	2011	2021	2023
300.263.426.337,60	495.199.557.915,60	713.007.928.535,00	693.915.000.000,00

*Os valores foram inflacionados para o ano final da série com o índice IGP-DI (FGV).

Fonte: MA; MAPA; IBGE; CEPEA.

Org: Girardi, 2025.

Tabela 2 - Brasil - Porcentagem dos valores do Plano Safra em relação ao PIB Total e da Agropecuária

	2001	2011	2021	2023
% do valor do Plano Safra em relação ao valor do PIB Total	1,1	3,1	3,8	3,1
% do valor do Plano Safra em relação ao valor do PIB da Agropecuária (IBGE)	22,2	71,7	57,9	50,3
% do valor do Plano Safra em relação ao valor do PIB da Agropecuária (CEPEA)	24,1	65,2	49,4	49,1

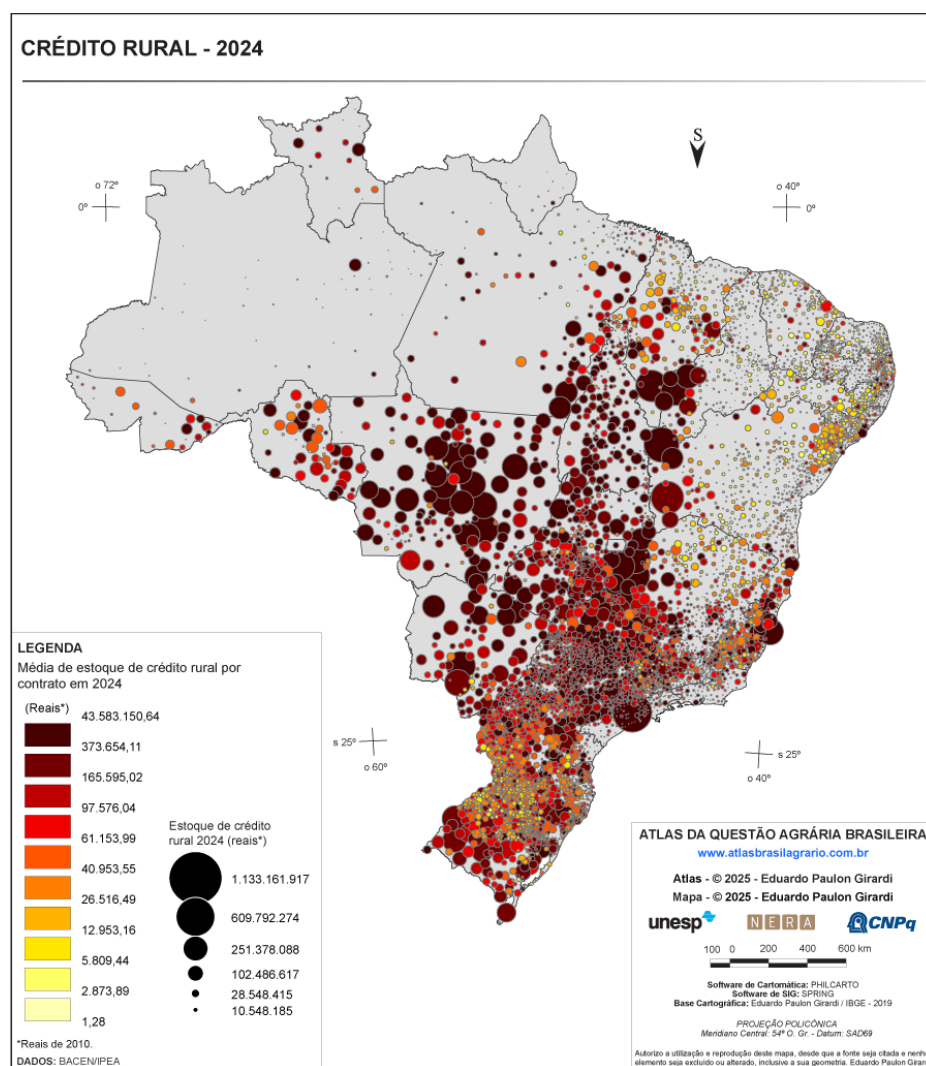
Fonte: MAPA; IBGE; CEPEA.

Org.: Girardi, 2025.

O Mapa 2 dá pistas importantes sobre a desigualdade de apropriação do crédito rural. O Nordeste e o Norte, regiões de grande participação dos estabelecimentos familiares mais pobres do país, tem um apagão de crédito rural. Nessas duas regiões, o crédito rural aparece apenas nas áreas que sabidamente são desenvolvidas atividades do agronegócio. Nas áreas camponesas, maioria nas regiões, o crédito rural não chega. Apenas os camponeses do Sul, mais ricos, têm acesso ao crédito rural. O crédito rural está concentrado nas regiões com agricultura mais dinâmica e produtiva. Assim, além de ser

concentrado na agricultura capitalista, o crédito rural também atua como instrumento de manutenção e aprofundamento das desigualdades entre camponeses e capitalistas e das desigualdades regionais da agropecuária.

Mapa 2 – Brasil - Crédito rural, 2024



Fonte: Girardi, 2025.

Como demonstrado, a concentração de terras e de recursos para a agropecuária permanece no Brasil, sendo uma das principais características da questão agrária. Democratizar a terra e os recursos ainda é um desafio para o país. A manutenção da situação atual ou a concentração ainda maior da terra e dos recursos aumentará as desigualdades históricas reforçadas com a modernização conservadora e irá promover, cada vez mais, os processos de empobrecimento e desintegração do campesinato.

O devir dos não metamorfoseados

Uma das teses de Buainain *et al.* (2014) diz respeito ao futuro dos produtores de “menor porte econômico”. Eles reconhecem o profundo processo de seletividade e marginalização desses agricultores:

A nova fase vem concretizando uma dupla face – de um lado, a dinâmica econômica concentra a produção cada vez mais, e de outro lado, aprofunda a diferenciação social, promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização (Buainain *et al.*, 2014, p. 1172).

Para os autores, é necessária uma política agrária capaz de salvar parte desses “produtores de menor porte econômico” por meio da *viabilização competitiva*, leia-se, portanto, *a metamorfose em agricultores familiares, conforme o conceito do PCA*. A principal referência utilizada pelos autores para identificar a diferenciação entre os dois extremos de produtores é o trabalho de Alves e Rocha (2010) sobre o Censo Agropecuário 2006. Ao analisarem os dados do citado trabalho, concluem que:

[...] a imensa maioria dos estabelecimentos rurais (2/3 do total de estabelecimentos), que alcança quase 3 milhões de unidades, se apropria de magros 3,3% do total da renda bruta. Causa ainda maior perplexidade a conclusão daquele estudo quando separou o estrato dos estabelecimentos mais ricos e concluiu que menos de 30 mil estabelecimentos rurais (0,62% do total geral) foram responsáveis pela metade do valor da produção total (Alves; Rocha, 2010 *apud* Buainain *et al.*, 2014, p. 1172).

Alves e Rocha (2010), no trabalho intitulado “*Ganhar tempo é possível?*”, que tem como centro de análise a produção, dividiram os estabelecimentos agropecuários de 2006 em três grupos, segundo o valor da produção transformado em salários mínimos mensais (SMM): 0 a menos de 2 (SMM); 2 a menos de 10 SMM; 10 ou mais SMM. A partir da classificação, os autores apresentam uma interpretação do destino desses grupos. Para o *primeiro grupo*, com menores valores da produção,

A solução do problema da renda somente por meio da agricultura não irá funcionar. Esta renda precisa ser complementada por: Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, Bosa Escola, transporte rural e urbano – para facilitar o estudo dos filhos e o emprego urbano de membros da família -, simplificação das leis trabalhistas – para o emprego em tempo parcial na agricultura – e estímulo ao agronegócio – porque ele tem grande potencial para gerar empregos temporários. *É aqui que se precisa ganhar tempo, de modo que as cidades adquiram capacidade para abrigar parte desta população* (Alves; Rocha, 2010, p. 276, grifo nosso).

Para o segundo grupo, os autores aventam a “hipótese de que há solução, na agricultura, para o problema da renda, tais como crédito rural, extensão rural, associativismo e cooperativismo, compra pelo governo do excedente, dentre outras tantas” (p. 276). O terceiro grupo é aquele que precisa apenas de políticas gerais, como o crédito, política de preços, controle de qualidade, exportação, geração de tecnologia, preservação do meio ambiente, de ajudas específicas, a exemplo da negociação de dívidas e socorro em adversidades. Trata-se do grupo que produz a maior parte do valor da produção. Esses são, para os autores, os estabelecimentos aptos para desenvolver adequadamente a agricultura moderna (Alves; Rocha, 2010).

É necessário dizer que Alves e Rocha (2010, p. 275), em alguns trechos do trabalho, defendem a ajuda aos estabelecimentos mais pobres, propondo que eles “precisam de outro tipo de ajuda”, posicionando-se não contrários a investimentos na agricultura familiar e na reforma agrária,

A questão não é ser contra tais investimentos – eles têm presença marcante nos países avançados e lá também é pequeno o seu sucesso em reter gente no meio rural – mais sim verificar se há condições de se opor às forças que favorecem o êxodo rural e determinar o que deve ser mudado (Alves; Rocha, 2010, p. 280).

Sobre o primeiro grupo, dos estabelecimentos com rendimento de 0 a menos de 2 SMM, Alves e Rocha (2010, p. 288) afirmam: “a maioria é nordestina e órfã de proteção política no âmbito da agricultura, seja em termos de política agrícola, seja de política de desenvolvimento rural”. Para os autores, “forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a eles [os estabelecimentos agropecuários] vinculadas nos campos” (p. 288). Contudo, as suas conclusões são claras e, para este grupo, a migração para as cidades é uma questão de tempo – o objetivo é apenas *ganhar tempo*. Não há outra possibilidade.

Para o segundo grupo (2 a menos de 10 SMM), de acordo com os autores, a saída “é fazer cada hectare produzir mais, ou seja, usar tecnologias que poupam terra” (p. 284). Aqui, mais uma demonstração da centralidade da terra. Por que poupar terra em um país com dimensões continentais como o Brasil, onde a concentração fundiária é extremamente alta? Uma redistribuição das terras não pode ser considerada? Trata-se, portanto, de um trabalho vinculado ao PCA, pois concorda que os agricultores devem estar adequados ao sistema; o problema está nos agricultores, e não no sistema da agricultura moderna, baseada em uma estrutura agrária fortemente concentrada.

Neste artigo, para analisar os dados do Censo Agropecuário 2017, procedemos com uma classificação aproximada daquela estabelecida por Alves e Rocha (2010). Coletamos os dados de acordo com as classes de valor da produção dos estabelecimentos agropecuários com a maior proximidade possível da proposta dos autores. O primeiro grupo selecionado foi dos estabelecimentos com valor da produção maior que R\$ 0,00 e menor que R\$ 25.000,00; o segundo grupo é composto pelos estabelecimentos com produção entre R\$ 25.000,00 a menos de R\$ 100.000,00; o terceiro grupo é dos estabelecimentos com valor da produção de R\$ 100.000,00 e mais. Essas classes correspondem, respectivamente, às seguintes classes de SMM, tomando-se como base o salário mínimo de 2017, de R\$ 937,00: 0 e menor que 2,2 SMM; 2,2 SMM a menos de 8,9 SMM; 8,9 SMM e mais. Em nossa classificação, quando disponibilizado pelo IBGE, acrescentamos uma quarta classe: dos estabelecimentos agropecuários sem produção.

A Tabela 3, que apresenta os dados da nossa classificação, também permite uma comparação aproximada com os dados de Alves e Rocha (2010). Para os autores, a primeira classe do estudo compreendia 72,9% dos estabelecimentos e era responsável por 4% do valor da produção total, sendo que, na nossa tabulação³, esses valores são, respectivamente, 73,9% e 4,5%. A segunda classe (Alves; Rocha, 2010) era composta por 18,9% dos estabelecimentos, responsáveis por 11,1% do valor da produção; na nossa classificação, 16,8% e 9,2%, respectivamente. Por fim, a terceira classe do estudo citado compreendia 8,2% dos estabelecimentos, os quais somaram 84,9% do valor da produção; na Tabela 3, somam 9,2% dos estabelecimentos e 86,3% do valor da produção. Assim, guardados os pequenos ajustes metodológicos, é possível dizer que o mesmo padrão de concentração encontrado por Alves e Rocha (2010) no Censo Agropecuário 2006 também pode ser verificado no Censo Agropecuário de 2017. A Tabela 3 traz duas informações adicionais: a área dos estabelecimentos e o valor médio da produção por hectare. Essas duas informações também mostram a concentração da terra e a concentração da produtividade por hectare em valor da produção nos estabelecimentos com maiores valores da produção.

³ Para comparação com a classificação de Alves e Rocha (2010), é necessário somar os dados da classe “Sem produção” e “Maior que 0 a menos de 25.000,00”, pois nós criamos uma classe específica para os estabelecimentos sem rendimento, diferente dos autores.

Tabela 3 - Brasil - Estabelecimentos, área, valor da produção e valor médio da produção por hectare - 2017

Classes de valor da produção (Reais)	Estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	%	Hectares	%
Sem produção	322.131	6,3	29.411.007	8,4
Maior que 0,00 a menos de 25.000,00	3.430.989	67,6	75.258.372	21,4
De 25.000,00 a menos de 100.000,00	851.015	16,8	54.933.682	15,6
De 100.000,00 e mais	469.189	9,2	191.686.755	54,6
Total	5.073.324	100,0	351.289.816	100,0

Classes de valor da produção (Reais)	Valor da produção		Valor médio produzido por hectare (Mil Reais)
	Mil Reais	%	
Sem produção	-	-	-
Maior que 0,00 a menos de 25.000,00	20.605.232	4,5	0,3
De 25.000,00 a menos de 100.000,00	42.699.228	9,2	0,8
De 100.000,00 e mais	399.057.092	86,3	2,1
Total	462.361.552	100,0	1,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Org.: Girardi, 2025

A Tabela 4 aplica a classificação apenas nos dados dos estabelecimentos familiares de 2017. Conclui-se que, dentro do conjunto dos estabelecimentos familiares, mesmo que seja menos intenso, um padrão de concentração no mesmo sentido da Tabela 3 é identificado, com 74,4% dos estabelecimentos da primeira classe (com menores valores da produção) responsáveis por apenas 16,3% do valor da produção da agricultura familiar e, somente 6,3% dos estabelecimentos familiares responsáveis por 50,6% do valor da produção total dos estabelecimentos familiares. Assim, se considerada a perspectiva de Alves e Rocha (2010), 74,4% dos estabelecimentos familiares estão fadados ao desaparecimento; 19,3% podem ser salvos de alguma forma por políticas agrícolas e apenas 6,3 teriam condições de continuar existindo de forma mais autônoma na agricultura.

Tabela 4 - Brasil - Agricultura Familiar - Estabelecimentos, área dos estabelecimentos e valor da produção - 2017

Classes de valor da produção (Reais)	Número de estabelecimentos familiares		Área dos estabelecimentos familiares		Valor da produção da agricultura familiar	
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Valor da produção (Mil Reais)	%
Maior que 0,00 a menos de 25.000,00	2.744.165	74,4	42.324.345	55,7	17.346.798	16,3
De 25.000,00 a menos de 100.000,00	713.251	19,3	23.301.713	30,6	35.252.508	33,1
De 100.000,00 e mais	230.802	6,3	10.404.832	13,7	53.873.170	50,6
Total	3.688.218	100,0	76.030.890	100,0	106.472.476	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

Org.: Girardi, 2025

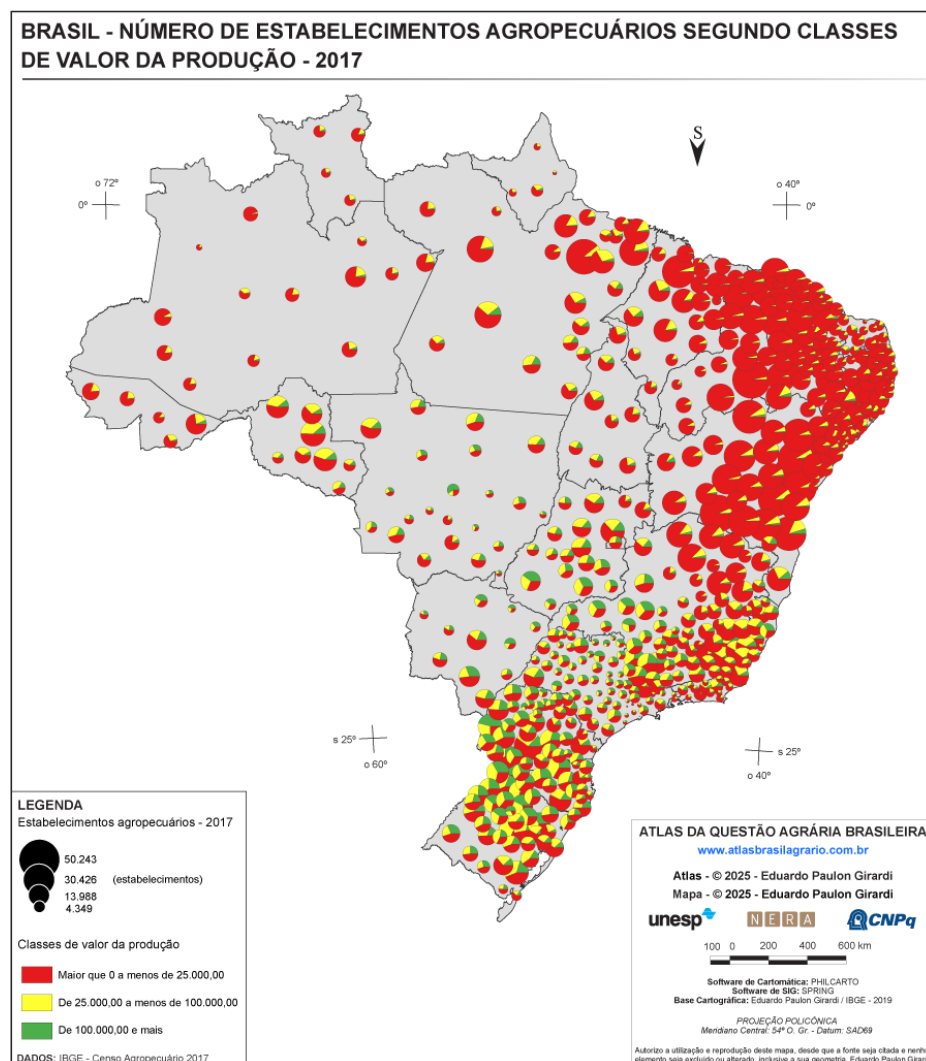
Os dados da Tabela 3 trazem o panorama geral do Brasil, contudo, para entender o problema de forma mais ampla, é preciso avaliar a manifestação regional da classificação no país. O Mapa 3 representa a classificação dos estabelecimentos segundo o valor da produção. Os estabelecimentos inviáveis pela agricultura, segundo Alves e Rocha (2010) - maior que 0 a menos de 25.000,00 - são a quase totalidade dos estabelecimentos do Nordeste e, em grau apenas um pouco menor, do Norte e do nordeste de Minas Gerais. No Centro-Oeste, Sudeste (exceto o nordeste de Minas Gerais) e Sul eles são entre 1/3 e metade dos estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos viáveis na agricultura (segunda e terceira classes) são maioria no Sul, Sudeste (exceto o nordeste de Minas Gerais) e na maior parte do Centro-Oeste. Em resumo, se analisarmos o Mapa 3 segundo a interpretação de Alves e Rocha (2010), sem políticas públicas sociais para manter a população nos estabelecimentos da classe de menor valor da produção, assistiríamos ao quase total desaparecimento dos estabelecimentos do Nordeste e do nordeste de Minas Gerais, uma diminuição abrupta dos estabelecimentos do Norte e a supressão de cerca da metade dos estabelecimentos do Sul, Sudeste (exceto o nordeste de Minas Gerais) e do Centro-Oeste. *Trata-se de um cenário catastrófico.*

As análises de Alves e Rocha (2010) enfatizam o número de estabelecimentos agropecuários, contudo, se olharmos para a área dos estabelecimentos, podemos identificar uma questão importante: quanto da área está em questão sobre a viabilidade econômica, segundo o raciocínio dos autores? Trata-se das terras dos estabelecimentos sem produção e daqueles com valor da produção maior que 0,00 a menos de 25.000,00 (Tabela 3), que totalizam *104,7 milhões de hectares, ou 29,8% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.* Contudo, se os estabelecimentos agropecuários podem desaparecer, as terras não. Isso quer dizer que, com o desaparecimento dos estabelecimentos “inviáveis na agricultura”, as terras passariam para as mãos de outros, quais sejam, aqueles da classe intermediária ou então da classe com valores da produção maiores, *resultando em uma concentração da terra ainda maior do que já ocorre atualmente no país!*

Considerados apenas os estabelecimentos familiares da primeira classe (Tabela 4), são somente 42,3 milhões de hectares “inviáveis economicamente”, que correspondem a 12% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Colocando essa área em produção, seriam salvos da “inviabilidade econômica”, segundo a visão de Alves e Rocha (2010), 73%

dos estabelecimentos com rendimentos muito baixos ou sem produção (primeira e segunda classes da Tabela 3).

Mapa 3 – Brasil - Número de estabelecimentos agropecuários segundo classes de valor da produção, 2017

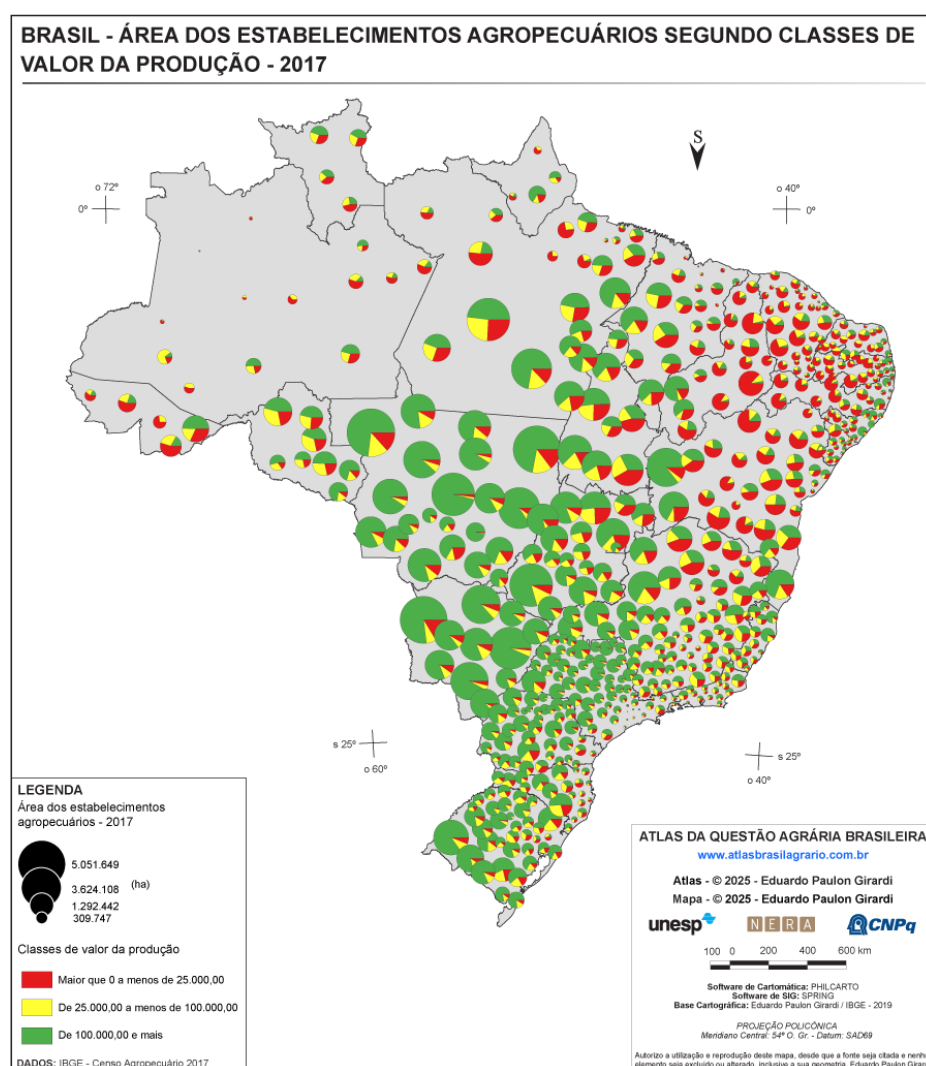


Fonte: Girardi, 2025.

A comparação dos Mapas 3 e 4 fornece uma pista importante sobre um problema na interpretação de Alves e Rocha (2010) a partir das classes de valor da produção: os estabelecimentos “viáveis” na agricultura, em especial os da terceira classe, com maior valor da produção, são os que detêm a maior parte das terras: 54,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil. Isso quer dizer que o valor da produção e a produtividade em valor médio produzido por hectare (Tabela 3) são maiores porque há mais terra para produzir, aumentando a escala da produção e, portanto, o valor da

produção. Trata-se de uma visão pautada pela agricultura moderna. Analisar apenas o número de estabelecimentos “viáveis ou inviáveis” fornece uma leitura parcial. É preciso olhar para a área dos estabelecimentos. Se no Mapa 3 o problema é muito grave, no Mapa 4 ele é residual no Sul, Sudeste (exceto o nordeste de Minas Gerais) e Centro-Oeste, e diminui em grande parte do Norte e do Nordeste.

Mapa 4 – Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários segundo classes de valor da produção, 2017



Fonte: Girardi, 2025.

Alves e Rocha (2010) partem da perspectiva de que, na atualidade, parte dos instrumentos específicos da política agrícola é manter a população no campo na esperança de que os problemas urbanos diminuam, portanto, ganhando tempo. Como exemplo, eles citam as políticas focadas na agricultura familiar, os assentados e o atendimento aos sem-terra.

A razão de ser das políticas específicas é frear a ação do mercado, pela qual os campos seriam esvaziados muito mais rapidamente. Assim se faz tanto no mundo desenvolvido como no em desenvolvimento, com a visão de se ganhar tempo para o ajuste do mercado urbano de trabalho. Como resultado destas políticas, mantém-se muito mais gente no meio rural do que este normalmente comporta, na expectativa de que se minimizem os problemas urbanos (Alves; Rocha, 2010, p. 275).

[....]

Por que estudar esse problema? Pela simples razão de que a sociedade vem investindo bilhões de reais na agricultura familiar e na reforma agrária. A questão não é ser contra tais investimentos – eles têm presença marcante nos países avançados e lá também é pequeno o seu sucesso em reter gente no meio rural –, mas sim verificar se há condições de se opor às forças que favorecem o êxodo rural e determinar o que deve ser mudado. A atenção será concentrada na produção. Melhorar a produção de cada estabelecimento tem que ser o foco de qualquer programa que busque uma solução agrícola para o problema do êxodo rural (Alves; Rocha, 2010, p. 280).

É necessário olhar para as premissas e proposições de Alves e Rocha (2010) de outra forma. A primeira é admitir o peso histórico da não realização da reforma agrária para a configuração da situação descrita pelos autores. Os setores mais conservadores da sociedade, contrários à reforma agrária, venceram, e a questão da terra foi tratada apenas de forma paliativa no país somente a partir da década de 1990, com o aumento da criação de assentamentos rurais, política insuficiente e ineficiente para dar outros rumos estruturais ao campo brasileiro. Se nos países desenvolvidos o capitalismo impõe altos custos para a manutenção do homem no campo, no Brasil, os problemas são ainda maiores, pois, as forças de desintegração do capitalismo foram intensificadas e são ainda mais graves aqui devido à opção histórica de manter a terra e os recursos produtivos concentrados no país. Nossa dívida social e história é muito maior do que dos países desenvolvidos e, portanto, os custos também são maiores para diminuir as profundas distorções no campo.

É necessário dizer que as políticas públicas não têm (ou não deveriam ter) apenas a função de manter o homem no campo para se ganhar tempo para que a “população sobranter” seja absorvida pelas cidades e pelo trabalho urbano. Olhar para os estabelecimentos agropecuários apenas a partir do viés econômico não é suficiente. Essas políticas têm outras finalidades, a exemplo da União Europeia, que emprega cerca de metade do orçamento comunitário na Política Agrícola Comum muito mais por questões estratégicas, de soberania alimentar, do que por questões demográficas ou de emprego, para ganhar tempo.

Se olharmos para os estabelecimentos agropecuários apenas do ponto de vista econômico, nem os grandes estabelecimentos seriam viáveis, já que são altamente dependentes de crédito público subsidiado, como demonstrado na Tabela 2. O alto

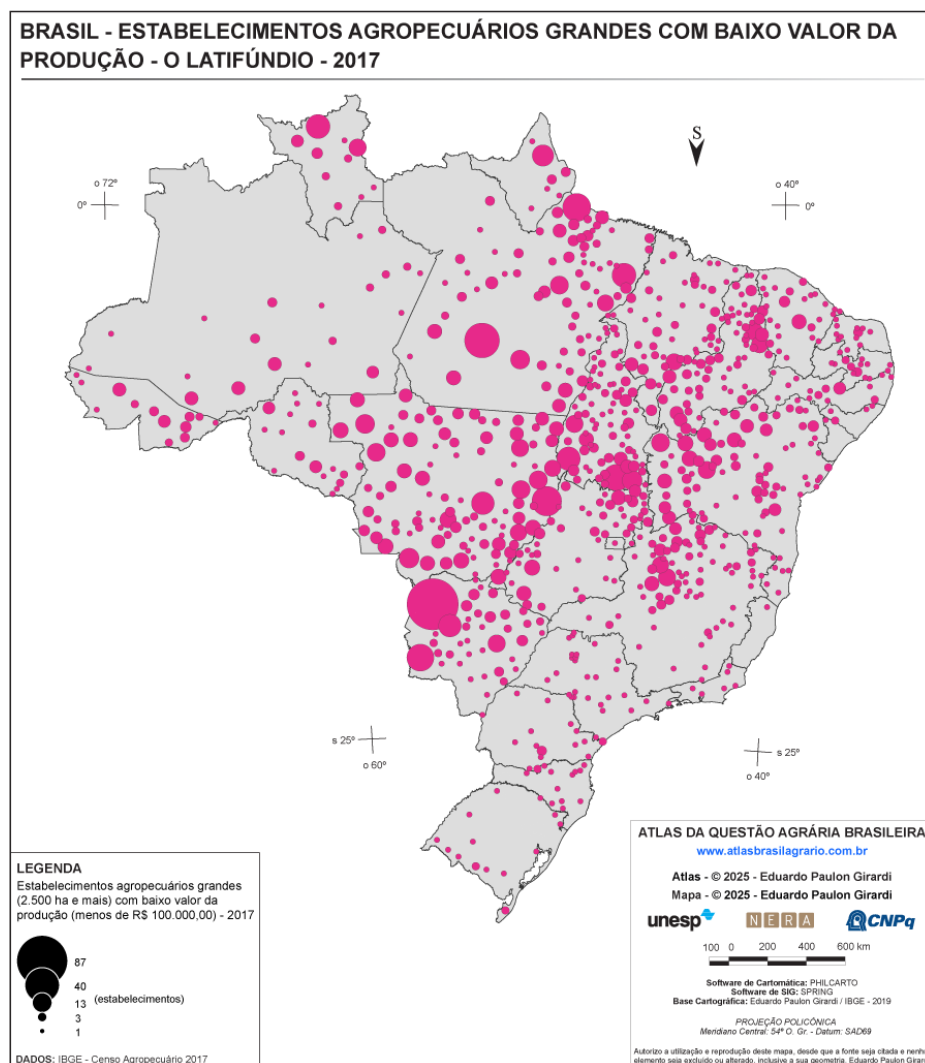
financiamento público da agricultura capitalista não é mais justificável do que os recursos gastos com o PRONAF, com os assentamentos rurais e com programas sociais, de forma que esses gastos não representam peso desnecessário para a sociedade, mas é uma necessidade esculpida historicamente e estrutural. Concordar com o desaparecimento dos estabelecimentos menos produtivos economicamente é concordar com o processo histórico que nos trouxe até o grave cenário agrário atual. *O problema tem que ser resolvido com os agricultores mais pobres, e não com a sua extinção.*

A cidade e o emprego urbano não são garantias de melhoria de qualidade de vida, principalmente nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Na verdade, migrar para a cidade pode gerar problemas ainda piores do que os enfrentados no campo. Os milhões de trabalhadores desempregados, subempregados e informais que vivem em condições de vida precárias nas cidades brasileiras não são que órfãos, se não imediatos, históricos, do cerco à terra e aos meios de produção no campo brasileiro. A cidade e o emprego urbano não são uma alternativa real para os pobres do campo. A política pública agrária deve focar na melhoria das condições de produção e de vida no campo. Não é possível apenas ganhar tempo, mas é necessário solucionar o problema da desintegração do campesinato o quanto antes.

Por fim, um contraponto: frente às interpretações fundamentalmente econômicas de Buainain *et al.* (2014) e de Alves e Rocha (2010), investigamos os grandes estabelecimentos agropecuários (2.500 ha e mais) segundo sua efetividade econômica, de acordo com os mesmos critérios de Alves e Rocha (2010). Em 2017, dos 16.865 estabelecimentos agropecuários grandes, 2.146 (12,7%) eram inviáveis economicamente. Para os grandes estabelecimentos, isso só pode significar uma coisa: *o latifúndio* (Mapa 4). Eles foram responsáveis por apenas 0,01% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. É necessário que esses estabelecimentos desapareçam por não cumprirem a função social, por sua improdutividade, conforme previsto nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal de 1988, e as terras sejam direcionadas aos mais fragilizados do campo. Este é um dos caminhos para impedir o êxodo rural dos agricultores mais pobres. O Mapa 5 mostra que os estabelecimentos grandes com baixa produção estão inclusive no Norte e Nordeste, onde o problema dos estabelecimentos com baixa produção é maior, podendo, aí, ajudar a minimizar o obstáculo dos estabelecimentos cuja escassez de terra é fator para a inviabilidade econômica. Contudo, é necessário

lembrar que a reforma agrária deve se limitar à distribuição de terra, mas deve compreender diversos outros mecanismos, como, por exemplo, o acesso aos recursos para produção, políticas de comercialização, garantia de acesso à educação e incentivo à produção agroecológica.

Mapa 5 – Brasil - Estabelecimentos agropecuários grandes com baixo valor da produção – o latifúndio, 2017



Fonte: Girardi, 2025.

Conclusões

Como foi demonstrado, a concentração de terras e de recursos no campo brasileiro ainda é um elemento estrutural e crítico, devendo ser enfrentado para que os problemas agrários do país não se aprofundem ainda mais, em especial, os processos de

diferenciação, empobrecimento e desintegração do campesinato. A desintegração é vista por Buainain *et al.* (2014) e Alves e Rocha (2010) como um processo inevitável para a grande maioria dos estabelecimentos de pequeno porte econômico e/ou camponeses. Se concretizadas as previsões dos autores, presenciaremos um cenário catastrófico no campo brasileiro. Por este motivo, a reforma agrária multidimensional é urgente para que este cenário não se concretize, colocando um ponto final no futuro da maioria dos camponeses do Brasil. Esses elementos permitem afirmar que a questão agrária ainda existe de forma contundente no Brasil e que a reforma agrária multidimensional é uma política urgente para minimizar os problemas da questão agrária.

As interpretações e proposições acima só foram possíveis por assumirmos o debate paradigmático como fio condutor da leitura, desconstrução e contraposição de propostas de autores vinculados ao PCA. A partir da discussão paradigmática, posicionados na perspectiva do PQA, dialogamos com autores vinculados ao PCA e demonstramos que outra interpretação dos dados e sobre o devir do campo brasileiro é possível com o PQA, que foca na necessidade de impedir os processos de empobrecimento e desintegração do campesinato. Isso demonstra a validade do debate paradigmático e a necessidade de ampliar seu uso nas análises do campo brasileiro. Trata-se de um recurso teórico-metodológico de grande utilidade.

É necessário também reconhecer o caráter territorial e regional da questão agrária no Brasil. Quando se trata da questão agrária, cujo centro maior é a terra, a questão agrária é configurada por um conjunto de disputas territoriais entre os diversos grupos: grileiros, fazendeiros, mundo financeiro, camponeses, sem-terra e os diversos povos e comunidades tradicionais do campo, para citar os mais evidentes. Sobre o caráter regional, é necessário buscar compreender a questão agrária a partir das desigualdades regionais do país, como foi possível observar nos diversos mapas do artigo.

Concluimos que a análise economicista do campo é insuficiente, pois, se tomada como única via analítica, prevê uma catástrofe no campo brasileiro, com a desintegração da quase totalidade dos camponeses. Para entender e propor soluções para a questão agrária é necessário considerar, concomitantemente com os elementos econômicos, os aspectos sociais e as raízes históricas dos processos que promovem o empobrecimento e a desintegração do campesinato, centro da questão agrária. A modernização conservadora, além de ser um importante elemento histórico, é também atual, já que a

expansão da agricultura moderna continua sendo uma das principais causas do empobrecimento e desintegração do campesinato.

A terra, diferente do que defendem os autores vinculados ao PCA, ainda é elemento central da questão agrária brasileira, pois nenhuma desconcentração foi identificada. A terra continua sendo alvo de cobiça para a formação de patrimonial, o investimento financeiro e para a produção de acordo com as exigências da agricultura moderna. Tal como a terra, os recursos, em especial o crédito rural, também são concentrados. Em resumo, a questão agrária ainda existe no Brasil e a reforma agrária e políticas correlatas são fundamentais para prevenir que os pobres do campo melhorem suas condições de produção, qualidade de vida e que tenham condições de permanecer no campo.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? *In*: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (org.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 275-290.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da.; NAVARRO, Z. (org.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1160-1182.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba: CEPEA, [2025]. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx> . Acesso em: 24 fev. 2025.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 [1925].

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista. [1924]. *In*: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (org.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1924].

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 [1988].

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: NERA, [2025]. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA – Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, [2025]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 27 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto – PIB**. Rio de Janeiro: IBGE, [2025]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 24 fev. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**. Brasília: IPEA, [2025]. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 fev. 2025.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1899].

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme**. Volume I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade**. Volume II. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1899].

MA - Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Plano agrícola – safra 2000-2001**. Brasília: MA/SPA, 2000.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário – 2010-2011**. Brasília: MAPA/SPA, 2010.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano safra 2020/2021: o florescer de uma nova colheita**. Brasília: Mapa, 2020.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano safra 2022-2023**. Brasília: MAPA, 2022.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Babel/Actes Sud: Avignon/Saint-Armand-Montrond, 1984 [1967].

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2009.367>

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

SANTOS, A. B. dos; GONÇALVES, B. F.; GOMES, C. M. P.; VICENTE, J. S.; BARROS JUNIOR, O. A.; LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil**: dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VINHA, J. F. de S. C.; FERNANDES, B. M. **Paradigmas da geografia agrária brasileira**: temas, tendências e perspectivas. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

Recebido em 16/06/2025.

Aceito para publicação em 01/09/2025.